



ENCERRAMENTO EXERCÍCIO 2019 RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DO PREFEITO MUNICIPAL

Em cumprimento às disposições legais, o município de Faxinal do Soturno, vem encaminhar o relatório circunstanciado sobre a gestão do prefeito, com seus anexos e relatórios explicativos, relativo aos principais aspectos da administração.

DO ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO

O Orçamento do Município foi aprovado através da Lei Municipal nº 2.526 de 19.12.2018, que estimou as receitas e fixou as despesas para o ano de 2019 no valor de R\$ 32.481.242,85 (trinta e dois milhões, quatrocentos e oitenta e um mil, duzentos e quarenta e dois reais, oitenta e cinco Centavos). Este valor no decorrer do exercício teve as seguintes modificações:

Receita Previsão Inicial	R\$ 32.481.242,85
Receita Previsão Atualizada	R\$ 33.207.196,97
Receita Arrecadada	R\$ 29.332.924,30
Despesa Fixada	R\$ 32.481.242,85
Créditos Adicionais Suplementares	R\$ 5.013.231,79
Créditos Especiais	R\$ 353.654,12
Redução de Dotação	R\$ 3.793.052,64
Despesa Empenhada	R\$ 25.105.380,86
Despesa Liquidada	R\$ 24.901.153,25
Despesa Paga	R\$ 24.088.928,93

EXECUÇÃO DA RECEITA

De acordo com o Balanço Orçamentário da Receita, o total inicial previsto, foi estimado no montante de R\$ 32.481.242,85, sendo que durante o Exercício de 2019 o valor foi atualizado para R\$ 33.207.196,97, que corresponde as receitas correntes, de capital e intra-orçamentárias.

A receita efetivada no exercício de 2019 foi de R\$ 29.332.924,30, esta receita está dividida em Receitas Correntes, de Capital e Intra-orçamentárias. Com relação as Receitas Correntes o valor arrecadado ficou 1,59% superior a previsão atualizada, este acréscimo se deu principalmente devido remuneração positiva dos recursos do Fundo de Previdência dos Servidores do Município, por outro lado com relação a receita de impostos ocorreu uma frustração de 13,26% na arrecadação de impostos devido os contribuintes não realizaram os pagamentos esperados, já com relação aos valores repassado pela União e Estado ficaram inferiores as expectativas num percentual de 4,00%, valores estes que dentre as receitas correntes são os mais significativos e são também de fundamental relevância na execução das atividades administrativas. O valor arrecadado de Receitas de Capital, ficou inferior as expectativas em 70,86%, este fato ocorre devido a União não ter repassado o valor referente a



obras que se encontravam iniciadas em anos anteriores e também a frustração da expectativa do repasse de recursos para dar início a obras novas.

Receitas	Previsão Anual Atualizada	Arrecadado no Ano	% Realizado no Período
1 – Receitas Corrente	24.739.100,00	25.133.860,48	101,59%
Receita de Impostos, Taxas e Contribuição de Melhoria	3.515.900,00	3.049.741,42	86,74%
(-) Dedução Rec. Tributária	(234.400,00)	(344.529,22)	146,98%
Receita de Contribuição	1.226.500,00	1.083.731,69	88,35%
Receita Patrimonial	1.638.000,00	3.631.921,18	221,72%
Receita de Serviços	345.500,00	213.059,24	61,66%
Transferências Correntes	20.537.200,00	19.716.391,45	96,00%
(-) Dedução Trans. Corrente	(2.814.400,00)	(2.719.513,17)	96,62%
Outras Receitas Correntes	524.800,00	503.057,89	95,85%
2 – Receitas de Capital	5.829.496,97	1.698.984,70	29,14%
Operações de Crédito	1.815.000,00	540.000,00	29,75%
Alienação de Bens	30.000,00	0,00	0,00%
Transferências de Capital	3.967.296,97	1.150.281,50	28,99%
Outras Receitas de Capital	17.200,00	8.703,20	50,60%
3 – Receitas Correntes Intra-Orçamentária	2.638.600,00	2.500.079,12	94,75%
Total da Receita	33.207.196,97	29.332.924,30	88,33%

Dentre as Receitas Correntes as que merecem maior destaque são as Receitas de Impostos, Taxas e Contribuição de Melhorias e as Receitas de Transferências Correntes, as quais representam as disponibilidades financeiras que o Ente possui para fazer frente a realização dos programas e ações a fim de atingirem a finalidade pública.

Receitas de Impostos, Taxas e Contribuição de Melhorias:

Discriminação	Previsão Anual Atualizada	Arrecadado no Ano	% Realizado no Período
Impostos	3.059.000,00	2.514.782,69	82,21%
IPTU	1.785.000,00	1.487.557,26	83,33%
(-) Dedução da Rec. IPTU	(234.400,00)	(333.974,71)	142,48%
IRRF	351.400,00	377.191,60	107,33%
ITBI	230.000,00	228.104,65	99,17%



ISSQN	927.000,00	755.903,89	81,54%
Taxas	222.500,00	190.429,51	85,58%
Taxa p/Exerc. Poder de Polícia	195.300,00	178.052,63	91,17%
Taxa p/Prestação de Serviço	27.200,00	12.376,88	45,50%
Total das Receitas Tributárias (Líquido)	3.281.500,00	2.705.212,20	82,44%

Quanto as Receitas Tributárias consideramos que a mais relevante é a relativa ao IPTU, que representa 42,64% do total, e no exercício de 2019 teve um esforço de arrecadação de 83,33%.

Transferências Correntes:

Discriminação	Previsão Anual Atualizada	Arrecadado no Ano	% Realizado no Período
Transferências da União	9.529.400,00	9.348.710,41	98,10%
Cota Parte do FPM	7.380.000,00	7.125.989,06	96,56%
Cota Parte do ITR	29.600,00	8.868,95	29,96%
Cota Parte da LC 87/96 (Lei Candir)	32.000,00	0,00	0,00%
Cota Parte do Fundo Especial do Petróleo	142.300,00	124.566,62	87,54%
Transferências do SUS	1.327.300,00	1.285.164,06	96,82%
Transferências do FNAS	229.200,00	116.109,03	50,65%
Transferências do FNDE	339.000,00	267.761,86	78,98%
Outras Transferências da União	50.000,00	420.250,83	840,50%
Transferências do Estado	5.803.400,00	5.450.685,01	93,92%
Cota Parte do ICMS	3.560.000,00	3.545.343,64	99,59%
Cota Parte do IPVA	960.000,00	839.750,15	87,47%
Cota Parte do IPI/Exportação	76.000,00	52.579,43	69,18%
Cota Parte da CIDE	25.000,00	9.506,76	38,03%
Transferências do SUS	643.000,00	492.945,58	76,66%
Transferência da Assistência Social	37.000,00	7.229,64	19,54%
Outras Transferências do Estado	2.400,00	2.436,44	101,52%
Transferência de Convênio	500.000,00	500.893,37	100,18%

Conforme se visualiza no grupo das Transferências Corrente da União, o item mais significativo se refere às transferências constitucionais do Fundo de Participação dos Município – FPM, que realizou R\$ 7.125.989,06 no período, correspondendo a 96,56% da



previsão anual. O FPM foi incrementado, no mês de julho e dezembro, pela “Cota Extra” repassado aos municípios em atendimento do disposto na legislação vigente.

Quanto as transferências do Estado, merece destaque a participação do Município no ICMS, cujos valores transferidos no exercício de 2019 ao município foi de R\$ 3.545.343,64, representando 99,59% da expectativa inicial que era de 3.560.000,00.

Transferências do FUNDEB:

Discriminação	Previsão Anual Atualizada	Arrecadado no Ano	% Realizado no Período
Valores Recebidos do FUNDEB	2.325.000,00	2.158.246,42	92,82%
Valor Transferido para o FUNDEB	2.814.400,00	2.719.152,06	96,61%
Perda com o FUNDEB	-489.400,00	-560.905,64	114,61%

O quadro acima evidencia o comportamento da arrecadação e dos valores transferidos ao FUNDEB, verificou-se que no exercício de 2019 o fundo recebeu em razão do número de alunos matriculados na rede de ensino o valor de 2.158.246,42, e contribuiu de forma compulsória para o mesmo fundo com o valor de R\$ 2.719.152,06. Portanto, a perda acumulada no FUNDEB no exercício de 2019 foi de R\$ 560.905,64.

Receita de Capital:

O total da receita de Capital alcançou 29,14% da previsão atualizada no ano, sendo que o montante transferido da União e do Estado alcançou uma soma de R\$ 1.150.281,50.

EXECUÇÃO DAS DESPESAS

A despesa inicial prevista no Balanço Orçamentário de 2019, foi estimada no valor de R\$ 32.481.242,85. Deste valor, R\$ 648.200,00 refere-se ao valor previsto para a manutenção da Câmara de Vereadores, para as despesas de Custeio e Capital da Prefeitura foi previsto o valor de R\$ 26.459.942,85, já para o Fundo de Previdência Social dos Servidores foi previsto o valor de R\$ 4.634.000,00, sendo que R\$ 1.945.000,00 deste valor se refere a reserva de contingência do próprio Fundo, e ainda para a manutenção o Fundo de Assistência Médica Hospital foi previsto a importância de R\$ 739.100,00.

A execução das despesas correntes no exercício se apresentou de acordo com o previsto. Considerando que o valor arrecadado de Receita Corrente ficou acima do valor de despesas liquidadas, podemos dizer que a administração, durante o exercício de 2019, se empenhou em manter o equilíbrio financeiro.

Quanto as despesas de Capital o município possui obras em andamento, onde o seu início ocorreu em data anterior a 2019, e as mesmas foram empenhas em anos anteriores e a liberação dos recursos financeiros se deu de acordo com o cronograma de execução, desta forma a receita foi realizada em 2019 e a obra já havia sido empenhada em anos anteriores. Assim no ano de 2019 se for realizado a comparação entre receita arrecadas e despesas de capital empenhada teremos um superávit de R\$ 94.635,66.

Considerando todas as fontes de recursos, a Receita total realizada no período de 2019, apresentou uma execução superior à Despesa total Empenhada no montante de 4.227.543,44, este saldo positivo se deve, em função do superávit apresentado pelo Fundo de Previdência Próprio dos Servidores Municipais que representou o valor de R\$ 3.545.365,07.



Resultado Orçamentário (Todas as fontes de Recursos)

Receitas	Previsão Anual Atualizada	Arrecadado no Ano	% Realizado no Período	
Total da Receita	33.207.196,97	29.332.924,30	88,33%	
Despesas	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada
Despesas Correntes	23.675.666,96	25.528.705,40	22.799.864,24	22.793.841,40
Pessoal e Encargos Sociais	13.931.142,15	14.543.543,48	13.847.458,02	12.847.458,02
Juros e encargos da Dívida	278.000,00	275.700,00	240.830,07	240.830,07
Outras Despesas Correntes	9.466.524,81	10.709.461,92	8.711.576,15	8.705.553,31
Despesas de Capital	6.535.575,89	7.218.870,72	2.305.516,62	2.107.311,85
Investimentos	6.216.075,89	6.692.470,72	1.784.917,16	1.586.712,39
Amortização da Dívida	319.500,00	526.400,00	520.599,46	520.599,46
Reserva de Contingência	2.270.000,00	1.307.500,00	0,00	0,00
Total da Despesa	32.481.242,85	34.055.076,12	25.105.380,86	24.901.153,25
Resultado Orçamentário Relação Despesa/Receita		-847.879,15	4.227.543,44	0,85

DESPESA DE PESSOAL E LIMITES DA LRF

Calculada conforme a metodologia adotada pelo Tribunal de Contas do Estado, a despesa de Pessoal do poder executivo é o item mais significativo no conjunto das despesas fiscais. O valor da Receita Corrente Líquida acumulada nos últimos 12 meses, considerada para fins de cálculo do comprometimento das despesas com pessoal, conforme estabelece a Lei de Responsabilidade Fiscal, atingiu o montante de R\$ 20.413.084,39. Já o total da despesa líquida com pessoal do executivo nos 12 últimos meses, atingiu o montante de R\$ 9.469.148,55, o que corresponde a **46,39%** sobre a Receita Corrente Líquida. De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal o percentual apresentado pelo município está abaixo do limite de Alerta previsto no inciso II do art. 59 da Lei de Responsabilidade Fiscal que é de 48,60%, para o poder executivo.

A Receita Corrente Líquida acumulada nos últimos doze meses, considerando para fins de cálculo do comprometimento das despesas com pessoal, atingiu o montante de R\$ 20.413.084,39 e está assim discriminada:



Discriminação	Arrecadação dos últimos 12 meses
Receitas Correntes	R\$ 28.696.900,09
(-)Dedução da Receita Corrente	R\$ 3.563.039,61
(-) IRRF s/Rendimentos do Trabalho	R\$ 305.860,22
(-) Contribuição p/ o Plano de Previdência dos Servidores	R\$ 474.003,74
(-) Rendimento de Aplicação Financeira RPPS	R\$ 3.598.724,28
(-) Compensação Financeira entre Regimes de Previdência	R\$ 248.310,86
(-) Contribuição Servidores Fundo de Assistência Médica	R\$ 454.178,01
(-) Rendimento Aplicação Financeira FAMH	R\$ 604,62
(+) Perda do FUNDEB	R\$ 560.905,64
(=) Receita Corrente Líquida	R\$ 20.613.084,39
(-) Dedução Prevista no Art. 166 da CF	R\$ 200.000,00
(=) Receita Corrente Líquida Ajustada – EC 86/2015	R\$ 20.413.084,39

Despesa de Pessoal e Limite da LRF

PODER	Despesa Liquidada	%RCL	Limite Prudencial	Limite Legal
Despesas com pessoal do Executivo	9.469.148,55	46,39	51,30%	54%
Despesas com pessoal do Legislativo	477.755,77	2,34	5,70%	6%
Total das Despesas com pessoal	9.946.904,32	48,73	57%	60%

EXECUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA

Especificação	Saldo em 31/12/2018	Saldo em 31/12/2019	Variação %
I- Dívida Consolidada	1.348.894,42	2.520.722,57	186,87%
(-) Disponibilidade de Caixa Bruto	1.370.994,03	2.015.511,38	147,01%
(+) Restos a pagar processados	869.206,82	909.741,65	104,66%
(-) Demais Haveres Financeiros	5.894,57	5.894,57	100%
II- Dívida Consolidada Líquida	841.212,64	1.409.058,27	167,50%
III- Receita de Privatizações	0,00	0,00	



IV – Passivos Reconhecidos	0,00	0,00	
V- Dívida Fiscal Líquida (II+III-IV)	841.212,64	1.409.058,27	
Receita Corrente Líquida	20.413.084,39		

Quanto a dívida consolidada temos a informar que o saldo em 31/12/2019 apresenta o valor de R\$ 2.520.722,57, que se refere a:

-R\$ 888.584,63-operação de crédito junto a Caixa Econômica Federal – PAC2, Contrato nº 0412855-56/2015;

-R\$ 319.212,97-operação de crédito junto ao Banco do Brasil – Aquisição de Equipamentos, contrato nº 20/100000-0;

-R\$ 540.000,00- operação de crédito junto a Caixa Econômica Federal – FINISA, Contrato nº 0522.373;

-R\$ 399.752,30-Parcelamento com o Fundo de Previdência dos Servidores, prazo de 360 parcelas com 240 parcelas pagas até 31/12/2019, conforme Lei Municipal nº 1251 de 11.11.99;

-R\$ 154.588,51-Parcelamento com o Fundo de Previdência dos Servidores, prazo de 48 parcelas com 33 parcelas pagas até 31/12/2019, conforme Termo de Parcelamento nº 354/2017;

-R\$ 207.542,14- Parcelamento com o Fundo de Previdência dos Servidores, prazo de 24 parcelas com 12 parcelas pagas até 31/12/2019, conforme Termo de Parcelamento nº 1360/2018;

No exercício o valor da Dívida Consolidada representa o percentual de 12,35% da Receita Corrente Líquida, percentual este consideravelmente inferior ao limite estabelecido por Resolução do Senado Federal que é de 120,00%.

Com relação aos restos a pagar com insuficiência financeira, no final de 2019, o município apresentou os valores conforme quadro abaixo:

Código do Recurso	Nome do Recurso	Restos Processados
0001	Recursos Livres	523.694,30
TOTAL		523.694,30

Com relação à insuficiência financeira, podemos destacar que, historicamente o município de Faxinal do Soturno - RS encerra o exercício com insuficiência financeira. No ano de 2019, encerramos o ano com um valor de R\$ 523.694,30 de insuficiência financeira, valor este 8,40% maior que a apurada no final do exercício financeiro de 2018 e 14,13% menor que o valor apurado em 2016 (último ano do mandato anterior).

Mesmo que em 2019 os valores de restos com insuficiência financeira foram maiores que 2018, podemos destacar algumas ações executadas pelo município que contribuíram para a insuficiência financeira, conforme abaixo:

- Na Saúde o município no exercício de 2019 aplicou 15,85% da receita, desta forma buscando manter todos os serviços e programas implantados na área da saúde, com ênfase no atendimento à Saúde preventiva através das políticas da Estratégica da Saúde da Família, com o atendimento da Atenção Básica nas duas Unidades Básicas existentes no município e com auxílio nos atendimentos de média e alta complexidades em outros municípios de referência. Mesmo com a falta de regularidade dos repasses do Fundo Estadual



da Saúde, fato que vem ocorrendo desde 2014, e que hoje soma uma dívida com o município no valor de R\$ 692.841,90, valor este que auxilia no endividamento do município não somente na área da saúde, pois desde 2014 os programas de saúde são mantidos com auxílio de recursos do caixa único.

- Quanto aos gastos com educação o município aplicou 25,46% das receitas, este recurso foi aplicado com a manutenção de uma creche em tempo integral e três escolas com alunos de educação infantil e ensino fundamental. Além dos atendimentos nas escolas, o município oferece também projetos no turno inverso para os alunos da educação infantil, fundamental e para os alunos com necessidades especiais. A Educação possui pessoal capacitado, ambientes de qualidade, fornece transporte escolar, fornece alimentação escolar e o mais importante: supre toda a demanda desde a creche até o ensino fundamental. Como foram aplicados recursos além dos 25%, estes foram complementados com recursos livres, auxiliando assim com o aumento dos restos com insuficiência financeira. Cabe ressaltar que com a finalidade de receber os recursos em atraso do Estado o Município ingressou com Mandado de Segurança nº 5000 188-85.2019.8.21.0096.

- Outra demanda apresentada pelo município no exercício de 2019 foi quanto a ocorrência de dois sinistros significativos: um no dia 27/10/2019 com a ocorrência de chuvas acompanhadas de ventanias e trovoadas, causando diversos estragos com o registro de 20 atendimentos de casas que foram destelhas ou tiveram a sua estrutura danificada; outro no dia 07/11/2019 que com o acumulo de 80 milímetros de chuva em um curto espaço de tempo ocasionou alagamento em nove residências. A secretaria da Assistência Social juntamente com a Secretaria de Obras e Serviços Públicos prestaram os atendimentos e realizaram os auxílios necessários, conforme constam nas reportagens dos links: <http://www.faxinaldosoturno.rs.gov.br/midia/noticias/temporal-destelha-casas-e-cao-prejuizos-em-faxinal-do-soturno/4510> e <http://www.faxinaldosoturno.rs.gov.br/midia/noticias/chuva-alagou-nove-casas-em-faxinal-do-soturno/4521>. Fatos estes que contribuíram para o aumento dos gastos públicos considerando que a maioria das famílias atingidas são de baixa renda e se encontram em situação de vulnerabilidade social, sendo imprescindível o auxílio do ente público.

- Como o município tem como base de subsistência a agricultura, para um bom escoamento da produção agrícola e agropecuária, considerando que as estradas não são pavimentadas, é necessário que sejam realizados investimentos periódicos com a manutenção das mesmas, desta forma o município investe em aquisição de maquinário novo e também com a manutenção dos já existentes, considerando também o consumo de combustível que a cada exercício se torna mais oneroso ao cofres públicos. Destacamos aqui que além do último inverno ter sido chuvoso, ainda no final do mês de outubro e início de novembro o município foi atingido por fortes chuvas (conforme links acima) trazendo significativos prejuízos para as estradas vicinais do município.

-No início do mandato no ano de 2017, o município apresentava uma dívida com o Fundo de Previdência dos Servidores no valor de R\$ 530.017,19, no qual foi parcelada em 23/03/2017 em 48 meses e está com os respectivos pagamentos em dia; já no ano de 2018 o município não conseguiu honrar com os pagamentos ao Fundo de Previdência dos Servidores e na data de 13/12/2018 foi realizado um parcelamento de R\$ 415.084,30 a ser pago em 24 meses, que também se encontra com os pagamentos em dia; e no exercício de 2019 o município com o busca pelo equilíbrio está com os pagamentos ao Fundo de Previdência dos Servidores em dia, justificando assim que no exercício de 2019 os restos ficaram um pouco acima dos valores apresentados no exercício de 2018.



-Na data de 31/12/2019, o município recebeu a importância de R\$ 420.250,83 referentes ao recurso da Cessão Onerosa – Pré-Sal – Lei nº 13885/2019, que por opção da administração o recurso será aplicado no pagamento das parcelas vincendas do Fundo de Previdência do Município para que no ano de 2020 possamos manter as contribuições em dia e que possamos aplicar o recurso que seria utilizado para pagar as contribuições em investimentos e manutenção das atividades necessárias para o atendimento da população.

Mesmo com todas as dificuldades enfrentadas ao longo dos anos, os valores apresentados em insuficiência financeira não comprometem o equilíbrio financeiro do município, considerando que muitos dos valores a pagar referem-se a dívidas com vencimento no exercício de 2020 e que o município terá condições plenas de quitar todas as obrigações pendentes nos primeiros meses de 2020, como

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

No exercício de 2019 o município recebeu o valor de R\$ 540.000,00 referente a operação de crédito realizada com a Caixa Econômica Federal conforme contrato nº 0522.373-DV-67-FINISA assinado em 18.06.2019, com a finalidade de realizar pavimentação asfáltica na Av. Vicente Pigatto. Sendo que o valor liberado representa 2,64% da Receita Corrente Líquida, percentual abaixo do limite legal de 16,00% autorizado pela Resolução do Senado Federal nº 43/2001, art. 7º.

RELATÓRIO FÍSICO-FINANCEIRO GASTOS COM EDUCAÇÃO-MDE

Relatório físico-financeiro, referente ao exercício de 2019 sobre os projetos e atividades realizadas relativo a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino com a elucidação dos projetos e atividades previstas e aqueles efetivamente executados.

1 – RECEITA

A Lei Orçamentária Anual nº 2.526 de 19 de dezembro de 2018, que estima as receitas e fixa as despesas para no ano de 2019, estimou a receita proveniente da arrecadação de impostos, transferências e dívida ativa tributária para o exercício de 2019 em R\$ 18.219.000,00 e sendo que de acordo com o artigo 212 da Constituição Federal, o caput do artigo 69 da Lei 9394/96 e o artigo 104 da Lei Orgânica Municipal, o percentual mínimo a ser aplicado na manutenção do ensino é 25% da receita.

Durante o exercício de 2019 o comportamento da receita proveniente da arrecadação de impostos, transferências constitucionais e dívida ativa se deram da seguinte forma:

RECEITA	ORÇADA	ARRECADADA	25% CFE LDO
I P T U	1.858.600,00	1.153.662,55	288.426,43
I S Q N	927.000,00	755.823,89	188.965,56
I T B I	230.000,00	228.104,65	57.026,16
I T R	37.000,00	11.086,09	2.771,46



IPVA	1.200.000,00	1.049.687,74	262.421,93
ICMS	4.450.000,00	4.431.769,84	1.108.032,76
IPI – EXPORT	95.000,00	65.724,30	16.431,09
IRRF	351.400,00	377.191,60	94.298,39
ICMS – DESONER.	40.000,00	0,00	0,00
FPM	9.030.000,00	8.733.415,32	2.183.353,59
SUBTOTAL	18.219.000,00	16.806.465,98	4.201.727,37
RENDIMENTOS APLICAÇÕES	14.000,00	4.583,48	4.583,48
TOTAL	18.233.000,00	16.811.049,46	4.206.310,85

Cabe agora ressaltar a arrecadação realizada pelo Município através dos convênios, acordos e ajustes entre as diversas esferas de governo foram as seguintes:

CONVÊNIO COM	VALOR EM R\$
SALÁRIO EDUCAÇÃO – FEDERAL	167.097,30
FNDE – PNAT	46.623,09
FNDE – PNAE	54.188,33
PROGRAMA BRASIL CARINHOSO	405,58
TRANSPORTE ESCOLAR – ESTADUAL	501.213,33
PAR – ESCOLA 6 SALAS	20.416,56
PAR – APLIAÇÃO ESCOLA	99.772,38
TOTAL	889.716,57

2 – DESPESA

Os valores das despesas que inicialmente foram autorizadas através Lei Orçamentária Anual nº 2.526 de 19 de dezembro de 2019 e que efetivamente são reconhecidos como gastos computáveis no ensino pela Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional somaram R\$ 4.671.600,00 e sua execução se deu conforme descrito no quadro abaixo.

Fonte de Recurso	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada
M.D.E	1.677.000,00	1.682.170,31	1.561.066,86	1.561.066,86
FUNDEB	2.334.000,00	2.357.214,98	2.185.572,71	2.185.572,71
SALÁRIO EDUCAÇÃO	181.000,00	196.890,12	181.805,47	181.805,47
FNDE – PNAT	43.000,00	43.001,26	23.775,95	23.775,95
FNDE – PNAE	88.000,00	88.566,92	52.840,78	52.840,78
FNDE - BRASIL CARINHOSO	20.800,00	20.800,00	0,00	0,00
FNDE – APOIO NOVAS TURMAS	10.800,00	10.800,00	0,00	0,00
TRANSPORTE ESCOLAR – ESTADUAL	310.000,00	500.000,00	442.226,11	442.226,11
PAR – ESCOLA 6 SALAS	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00



PAR – APLIAÇÃO ESCOLA	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00
TOTAL	4.671.600,00	4.906.443,59	4.447.287,88	4.447.287,88

Com relação as despesas, computáveis para o cálculo dos 25% constitucionalmente exigido a ser aplicado em educação, totalizaram em 2019 a importância de R\$ 3.746.639,57, e sua aplicação se deu conforme discriminado no quadro abaixo.

RELAÇÃO DAS DESPESAS (M.D.E. E FUNDEB) COMPUTADOS NA FORMAÇÃO DO ÍNDICE CONSTITUCIONAL DOS 25% COMO DESPESAS APLICADAS NA EDUCAÇÃO

Despesas	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada
Despesas Correntes	3.906.000,00	3.850.135,29	3.590.320,81	3.590.320,81
Pessoal e Encargos Sociais	2.833.500,00	2.916.250,00	2.813.685,50	2.813.685,50
Outras Despesas Correntes	1.072.500,00	933.885,29	776.635,31	776.635,31
Despesas de Capital	105.000,00	189.250,00	156.318,76	156.318,76
Investimentos	105.000,00	189.250,00	156.318,76	156.318,76
Total da Despesa	4.011.000,00	4.039.385,29	3.746.639,57	3.746.639,57

Total despesas realizadas com M. D. E e FUNDEB	3.746.639,57
(+) Perda com o FUNDEB	560.905,64
(-) Rendimentos M.D.E + FUNDEB	4.583,48
(-) Despesa liquidada recurso superávit FUNDEB	23.214,98
Valor Aplicado em Educação	4.279.746,75
% Aplicado em Educação	25,46

3 - CONCLUSÃO

As Receitas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino provenientes da arrecadação de impostos, transferências e dívida ativa tributária somou a quantia de 16.806.465,98, e que de acordo com o art. 212 da CF o percentual mínimo de 25% a ser aplicado em Educação representa o valor de R\$ 4.201.727,37.

É possível visualizar através do demonstrativo das despesas que o Município realizou despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação no valor de R\$



3.746.639,57 que se somarmos as perdas do FUNDEB no valor de R\$ 560.905,64, descontarmos os Rendimentos Financeiros no valor de R\$ 4.583,48 e as despesas liquidadas com recurso do superávit do FUNDEB no valor de R\$ 23.214,98, Conclui-se que o **percentual aplicado em 2019 pelo Município em Educação foi de 25,46%**. Percentual acima dos 25% constitucionais obrigatórios.

Cabe ressaltar também que, especificamente, quanto ao recurso recebido do FUNDEB, o município destinou ao pagamento dos Profissionais do Magistério no Exercício de 2019 a importância de R\$ 1.544.672,19 que corresponde a 71,43% do total arrecadado, atendendo desta forma o disposto nos artigos 21,22 e 25 parágrafo único inciso III letra "b" da Lei 11.494/07.

RELATÓRIO FÍSICO-FINANCEIRO GASTOS COM SAÚDE -ASPS

Relatório físico financeiro referente ao exercício de 2019 sobre os projetos e atividades realizadas relativo à manutenção da saúde com a elucidação dos projetos e atividades previstas e aqueles efetivamente executados.

1 – RECEITA

A Lei Orçamentária Anual nº 2.526 de 19 de dezembro de 2018, que estima as receitas e fixa as despesas para o ano de 2019, estimou a receita proveniente da arrecadação de impostos, transferências e dívida ativa tributária para o exercício de 2019 em R\$ 16.219.000,00 e sendo que, de acordo com o artigo 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) com a redação dada pelo artigo 7º da Emenda Constitucional nº 29/2000, e artigo 124 § 2º da Lei Orgânica Municipal, o percentual mínimo a ser aplicado na manutenção da saúde é de 15% da receita.

Durante o exercício de 2019 o comportamento da receita proveniente da arrecadação de impostos, e transferência constitucionais e dívida ativa se deram da seguinte forma:

RECEITA	ORÇADA	ARRECADADA	15% CFE LDO
IPTU	1.858.600,00	1.153.662,55	173.038,94
ISQN	927.000,00	755.823,89	113.369,20
ITBI	230.000,00	228.104,65	34.215,69
ITR	37.000,00	11.086,09	1.662,80
IPVA	1.200.000,00	1.049.687,74	157.453,00
ICMS	4.450.000,00	4.431.769,84	664.819,64
IPI – EXPORT	95.000,00	65.724,30	9.858,62
IRRF	351.400,00	377.191,60	56.578,27
ICM – DESONER.	40.000,00	0,00	0,00
FPM	9.030.000,00	8.733.415,32	1.310.012,01
SUBTOTAL	18.219.000,00	16.806.465,98	2.521.008,17
RENDIMENTOS	5.000,00	1.926,97	1.926,97
TOTAL	18.224.000,00	16.808.392,95	2.522.935,14



Cabe ressaltar que a arrecadação realizada pelo Município através de participação de programas, convênios, entre outros, junto as esferas de governo foram as seguintes:

FONTE DE RECURSOS	VALOR EM R\$
Transferencias de Recursos pelo União	1.088.569,12
Transferencias de Recursos pela Estado	493.566,26

2 – DESPESA

Conforme a Lei Orçamentária Anual as despesas inicialmente autorizadas com os programas que efetivamente são reconhecidos como gastos computáveis na saúde municipal somaram R\$ 2.896.521,20.

A execução das atividades e projetos destinados a atender as necessidades relacionada a Saúde, serão agora relacionados e descritos como computáveis para o cálculo dos 15% dos valores aplicados na saúde.

RELAÇÃO DAS DESPESAS COMPUTADOS NA FORMAÇÃO DO ÍNDICE CONSTITUCIONAL DOS 15% DE APLICAÇÃO EM SAÚDE.

Despesas	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada
Despesas Correntes	2.872.503,36	2.906.103,36	2.655.444,82	2.655.444,82
Pessoal e Encargos Sociais	1.449.642,15	1.546.642,15	1.456.229,02	1.456.229,02
Outras Despesas Correntes	1.422.861,21	1.359.461,21	1.199.215,80	1.199.215,80
Despesas de Capital	40.083,04	15.083,04	11.604,22	11.604,22
Investimentos	40.083,04	15.083,04	11.604,22	11.604,22
Total da Despesa	2.912.586,40	2.921.186,40	2.667.049,04	2.667.049,04

Total despesas realizadas com A.S.P.S	2.667.049,04
(-) Rateio pela Participação em Consórcio	744,02
(-) Rendimentos A.S.P.S.	1.926,97
Valor Aplicado em Saúde	2.664.378,05
% Aplicado em Saúde	15,85



3 - CONCLUSÃO

Baseado nos dados informados neste relatório, temos a concluir que a receita proveniente de impostos, transferências e dívida ativa tributária somaram a quantia de R\$ 16.806.465,98, sendo que de acordo com a legislação o percentual mínimo a ser aplicado em saúde é de 15% e representa o valor de R\$ 2.521.008,17. Desta forma é possível visualizar através do demonstrativo das despesas que o Município realizou despesas com Saúde no valor de R\$ 2.667.049,04, que descontado o valor de R\$ 744,02 diferença entre o valor repassado ao Consórcio e o valor utilizado pelo Consórcio a título de Rateio e os Rendimentos Financeiros no valor de R\$ 1.926,97, representa o percentual de **15,85% da arrecadação efetivada no exercício**, percentual este acima dos 15% constitucionais obrigatórios.

CONCLUSÃO

Diante do exposto nos relatórios podemos concluir que a execução do orçamento se deu de forma satisfatória, com a maioria das metas cumpridas. Os percentuais de gastos com pessoal e aplicação dos recursos em Saúde e Educação, se apresentam de acordo com a legislação vigente.

A busca incessante de desenvolvimento, ou seja, pela melhor qualidade de vida da população foi atingida de maneira clara e transparente.

Todos os órgãos da Administração, como também o quadro de servidores buscaram cumprir com suas obrigações fazendo, com que, todos os serviços prestados pelo município estivessem a altura das reivindicações da comunidade. Em contrapartida, priorizou-se o pagamento, sempre em dia, dos salários, o que dignificou sobremaneira o trabalho do servidor público municipal.

As atividades desenvolvidas e explanadas no presente relatório demonstram o interesse da administração municipal em dar continuidade ao crescimento e desenvolvimento do município, com o intuito de proporcionar as condições de bem-estar para toda a população municipal.

Faxinal do Soturno, 23 de Janeiro de 2020.

Clovis Alberto Montagner
Prefeito Municipal – 2017/2020